

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 8h às 18h**  
**Público << Campo excluído do banco de dados >>****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1005270-51.2014.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Interdição - Tutela e Curatela**  
 Requerente: **Elisabeth Aparecida Marucci**  
 Requerido: **José Marucci**

Prioridade Idoso  
 Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

ELISABETH APARECIDA MARUCCI moveu a presente ação de Interdição em face de seu genitor JOSÉ MARUCCI, requerendo que seja decretada a interdição do réu sendo a autora nomeada como curadora definitiva. Alega que o réu é portador da doença de Alzheimer, que o impede de ter desenvolvimento de ordem mental sendo que não tem capacidade laborativa nem capacidade para gerar os atos da vida civil.

Tutela antecipada deferida para nomear a autora como curadora provisória e deferimento da realização de prova médico pericial. (fls. 42).

Relatórios Médicos às fls. 21, 33 e 70, tendo sido dispensada a perícia inicialmente determinada.

Manifestação final da autora e do Ministério Público (fls. 84/85 e 110/111).

É o Relatório. DECIDO.

Nos termos dos artigos 1.767, inciso I, 1.768, inciso II, c.c. os artigos 1.750, 1.756, 1.757, 1.774 e 1.781, todos do Código Civil, e ainda, artigos 919 e 1.188 do Código de Processo Civil, o pedido formulado na presente ação é **procedente**.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**4ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 8h às 18h**  
**Público << Campo excluído do banco de dados >>**

O réu deve, realmente, ser interditado.

Com efeito, os relatórios médicos apresentados nos autos, dão conta que o réu é pessoa portadora de Alzheimer, incapaz para os atos da vida civil, sendo irreversível e sem possibilidades de recuperação estando incapacitado total e permanentemente para se gerir e administrar seus bens. (confira fls. 21, 33 e 70).

Ante o exposto **DECRETO A INTERDIÇÃO** de José Marucci, declarando-o absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do artigo 3º, inciso II, do Código Civil, e, de acordo § 1º, do artigo 1.775, “caput”, do Código Civil, nomeio-lhe curadora definitiva a autora, *que não poderá por qualquer modo alienar ou onerar bens móveis, imóveis ou de quaisquer natureza, eventualmente pertencentes à interdita, ou, ainda, contrair quaisquer obrigações ou empréstimos em nome do requerido*, sem autorização judicial.

Eventuais valores recebidos de entidade previdenciária deverão ser aplicados exclusivamente na saúde, alimentação e no bem-estar do interdito. Aplica-se, no caso, o disposto no artigo 919 do Código de Processo Civil e as respectivas sanções.

Em obediência ao disposto no artigo 1184 do Código de Processo Civil e no artigo 9º, inciso III, do Código Civil, inscreva-se a presente no Registro Civil e publique-se na imprensa, 3 vezes, com intervalo de 10 dias.

Intime-se a curadora para o compromisso, em cujo termo deverá constar as restrições supra, todas referentes à proibição de alienações ou onerações de quaisquer bens pertencentes ao interdito, assim como contrair empréstimos ou outras obrigações, sem autorização judicial.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C e ciência ao Ministério Público.

São Carlos, 25 de março de 2015.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**4ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**